

## Usos da linguagem e técnicas do rádio para produzir jornalismo em áudio - uma análise do *podcast* “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis”<sup>1</sup>

Camila Soares BORGES<sup>2</sup>

Valci Regina Mousquer ZUCULOTO<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC

### RESUMO

O artigo descreve e analisa a reportagem radiofônica, em formato de *podcast*, intitulada “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis”. O objetivo geral do programa é explicar o Plano Diretor de um município e como a lei impacta a vida dos cidadãos. O foco está no Plano da capital de Santa Catarina e os interesses em jogo na sua organização. Trata-se de um trabalho da disciplina do Curso de Jornalismo da UFSC, produzido com base em conceitos e técnicas jornalísticas em áudio e rádio. Realizou-se uma pesquisa documental e entrevistas para apurar os diversos interesses envolvidos no Plano Diretor de Florianópolis. Na produção e edição, usamos elementos e recursos do meio radiofônico, destacando-se a linguagem clara e direta e efeitos sonoros. Como resultado, transmitimos à audiência um tema complexo de forma simples e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo sonoro; reportagem de rádio; *podcast*; Plano Diretor municipal; Florianópolis.

### INTRODUÇÃO

O objeto de análise deste *paper* é uma produção em áudio que consiste em um programa temático de rádio, no formato de reportagem sonora, editada ao modo de *podcast* (Ferraretto, 2014). A produção “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” foi o trabalho final da disciplina de Áudio e Radiojornalismo, ministrada pela professora Valci Zuculoto na primeira fase do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

O programa explica os impactos do Plano Diretor da capital catarinense, aprovado em 2023, e dá voz a especialistas e líderes comunitários que apontam incongruências na nova versão do documento responsável por regular o crescimento da cidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 2º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – *campus* Florianópolis, e-mail: [camisborges2017@gmail.com](mailto:camisborges2017@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso e da Pós-Graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – *campus* Florianópolis, e-mail: [valzuculoto@hotmail.com](mailto:valzuculoto@hotmail.com)

---

De acordo com a Constituição Federal, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e deve ser atualizado a cada dez anos. A última versão do Plano Diretor de Florianópolis, até o início da construção atual, era a Lei Complementar 482 de 2014, que sofreu mais de 300 emendas.

Em janeiro de 2021, a Prefeitura enviou à Câmara Municipal um pacote chamado “Floripa mais Empregos”. Apesar do nome, o projeto pretendia modificar o Plano Diretor de 2014 sem realizar audiências públicas e sem passar por análise do Conselho da Cidade. No entanto, essa proposta foi derrotada em votação na Câmara Municipal.

Em dezembro de 2021, a prefeitura propôs a realização de uma Audiência Pública, após publicar uma minuta que passou no Conselho da Cidade. A proposta foi barrada pela força judicial, devido à mobilização popular junto ao Ministério Público de Santa Catarina, que obrigou a prefeitura a realizar 13 audiências públicas distritais e uma municipal.

Após a realização das audiências públicas, o Plano Diretor passou por votação no Conselho da Cidade, órgão consultivo que assumiu caráter deliberativo, e seguiu para aprovação na Câmara de Vereadores. Durante a tramitação do projeto de lei, o Ministério Público de Santa Catarina recebeu denúncias que apontaram irregularidades no processo, além de inconstitucionalidades na redação do texto do Plano Diretor.

Mesmo assim, em sessão extraordinária no dia 4 de maio de 2023, a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou, com 19 votos favoráveis a quatro contrários, a redação final da Lei Complementar 739/2023, que trata da revisão do Plano Diretor da capital.

Nesse sentido, o programa “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” busca dar voz a pessoas que foram favoráveis à nova versão da lei municipal. Também apresenta depoimentos daqueles que criticam a conduta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a qual, de acordo com as fontes ouvidas, optou por flexibilizar regras ambientais para atender aos anseios do setor econômico, em detrimento do bem comum e da preservação ambiental.

Assim, este *paper* tem o objetivo geral de discutir e analisar como os usos de elementos e recursos do rádio fizeram com que um tema complexo como o Plano Diretor fosse transmitido à audiência de maneira clara, concisa e dinâmica.

---

Assim, este trabalho está organizado em três seções, de modo que a primeira seção “Plano Diretor e(m) debate” discute a relevância do tema escolhido e a importância do assunto tematizar um trabalho realizado na primeira fase do Curso de Jornalismo; a segunda seção “O programa em produção” descreve como ocorreu o desenvolvimento do produto sonoro e, por fim, a terceira seção “Recursos radiofônicos no *podcast*” analisa como artifícios do rádio foram empregados e adaptados na produção “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis”.

## **PLANO DIRETOR E(M) DEBATE**

O critério para escolha do tema do *podcast* observou a dicotomia entre interesse público e interesse do público, uma vez que o Plano Diretor é um assunto de interesse público por definir as regras para o crescimento da cidade e trata-se de um assunto de interesse do público por impactar a vida dos cidadãos de diversas maneiras. Nesse sentido, de acordo com Sartor (2018, p. 2), a dicotomia entre interesse público e interesse do público deve ser levada em conta na produção jornalística por se tratar de um

Fundamento ético-epistêmico do jornalismo que diz respeito à relevância dos fatos noticiáveis, à construção da notícia visando ao esclarecimento dos cidadãos, ao papel de vigilância socialmente atribuído ao jornalismo e aos interesses do público no consumo de informações.

A partir da compreensão de que o Plano Diretor contempla os critérios definidos por Sartor (2018), optou-se por produzir um material que reunisse os interesses cruzados envolvidos ao Plano Diretor de Florianópolis, com o objetivo de ouvir os posicionamentos controversos, a fim de apresentar uma visão global sobre o assunto.

Nesse sentido, falar sobre o Plano Diretor em um *podcast*, formato que resgata muitas das técnicas da produção radiofônica, permite que o ouvinte entre em contato com um assunto complexo de maneira clara, direta e concisa. Assim, o tema se adequa a um formato de programa radiofônico por ser um assunto de interesse público e do público, que precisa ser abordado de maneira acessível à audiência.

Discutir sobre Plano Diretor, principalmente em momentos de fenômenos climáticos extremos, é essencial para que catástrofes sejam evitadas e vidas preservadas, afinal o Plano Diretor regula o crescimento das cidades ao definir, por exemplo, em quais locais é permitida a construção de residências.

---

O desastre climático que ocorreu no Rio Grande do Sul em abril de 2024 fez com que a Secretaria de Estado de Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina tomasse a decisão de acompanhar e orientar a construção do Plano Diretor das cidades de Santa Catarina. O objetivo da nova proposta, de acordo com reportagem publicada no *site* de notícias *NSC Total*, é de que a Defesa Civil auxilie os municípios na identificação de áreas suscetíveis a alagamentos, enchentes e deslizamentos. Assim, na elaboração do Plano Diretor os municípios catarinenses devem levar em conta os riscos de ocupação ou de incentivo de crescimento nesses locais.

Para além de interesses imobiliários e monetários, refletir sobre Plano Diretor diz respeito à qualidade de vida e até mesmo à preservação de vidas. Escolher esta temática de grande relevância social e ambiental na produção de um trabalho desenvolvido no primeiro semestre do Curso de Jornalismo configura um grande desafio capaz de trazer aprendizados significativos já no começo da formação.

O aluno que consegue explicitar os diversos interesses envolvidos na elaboração de um Plano Diretor precisa entender o jogo político, as arbitrariedades jurídicas e a negação das mudanças climáticas, assuntos de domínio essencial quem pretende trabalhar com jornalismo na atualidade.

Assim, o *podcast* “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” pretende alcançar junto à audiência a construção de uma visão crítica perante o assunto uma vez que, a partir do contato com várias perspectivas, o ouvinte consiga entender de que maneira é impactado pela nova versão do Plano Diretor da capital catarinense e possa compreender a quais interesses a nova lei busca contemplar.

## **O PROGRAMA EM PRODUÇÃO**

O teórico russo Lev Vigotski defende que o aluno precisa ter autonomia e que as experiências do educando devem ser levadas em conta no processo educativo. Na perspectiva de Vigotski, o professor, o aluno e o meio social fazem parte de uma totalidade formada por três elementos, pois “o processo educativo, portanto, é trilateralmente ativo: o aluno é ativo, o professor e o meio existente entre eles são ativos” (Vigotski, 2003, p. 79).

Assim, na disciplina de *Áudio e Radiojornalismo*, a professora atuou como mediadora do conhecimento e incentivou que os alunos produzissem seus próprios

---

programas para que conceitos teóricos discutidos nas aulas fossem experimentados na prática, situação que vai ao encontro da concepção de Vigotski (2003) sobre a educação.

Tratar de um tema complexo como Plano Diretor já no início do curso denota a maturidade acadêmica ao selecionar um assunto de grande impacto social, além da oportunidade de aprender na prática como produzir um conteúdo jornalístico complexo, que necessita do debate do contraditório, do aprofundamento teórico e, sobretudo, de uma apuração consistente.

Para a produção desse programa, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o tema e compreendido que o assunto é noticiado de maneira superficial pela grande mídia catarinense. Tal situação denota que, apesar de ser um assunto de interesse público e de interesse do público, os veículos de informação, quando abordam o assunto, geralmente narram o ponto de vista que interessa ao poder hegemônico.

Nesse sentido, os materiais que possibilitaram a compreensão do assunto de maneira mais aprofundada foram o texto publicado no Cotidiano UFSC, escrito por Jullia Gouveia, intitulado “Revisão do Plano Diretor de Florianópolis avança em meio a denúncias de conflito de interesses e ameaças” e a *live* compartilhada do Portal Desacato intitulada “Florianópolis em disputa: A proposta do movimento popular plano diretor”.

Além do material compartilhado no Cotidiano UFSC e da *live* do Portal Desacato, a leitura da Lei Complementar 739/2023, que diz respeito à Revisão do Plano Diretor de Florianópolis, foi de extrema importância para compreensão das incongruências presentes na nova versão do Plano Diretor da capital catarinense.

Após o estudo prévio do assunto, foram definidas quais fontes precisavam ser ouvidas. Durante três semanas foram entrevistadas 40 pessoas envolvidas nas discussões sobre a nova aprovação do Plano Diretor de Florianópolis (Ferraretto, 2014; Zuculoto, 2012). As conversas foram realizadas de maneira presencial, via *WhatsApp* e também pela plataforma de Conferência *web* da UFSC.

Para além da preocupação com a estética, o *podcast* “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” prezou, sobretudo, pela apuração e checagem dos fatos, com amplo estudo do tema e um grande volume de entrevistas.

Assim, foram entrevistadas oito pessoas com a pergunta “você sabe o que é o Plano Diretor?” E outras 13 foram questionadas sobre o que precisaria ser melhorado

---

em Florianópolis. Também foram contatados especialistas: o Arquiteto e Urbanista Lino Peres, o Biólogo João de Deus de Medeiros e o Engenheiro Sanitarista e Ambiental Vinicius Raghianti.

Por se tratar de uma lei municipal, foram entrevistados os advogados Thiago Hermanis, Vincius Loss, Vinicius Raghianti e Ester Addison. Quanto aos representantes do poder público, foram ouvidos o vereador Renato Geske, do PSDB, que votou de maneira favorável à aprovação da nova versão do Plano Diretor, e a vereadora Tânia Ramos, do PSOL, que votou de maneira contrária.

Representantes das associações comunitárias de Florianópolis também foram contatados, uma vez que as comunidades participaram ativamente das discussões nas Audiências Públicas sobre a construção do Plano Diretor. Os entrevistados das associações comunitárias foram Eugênio Luiz Gonçalves, presidente do Conselho Comunitário da Costa de Dentro (CODEN) e conselheiro no Conselho da Cidade; Roseane Panini, presidente da Associação de Moradores do Campeche (AMOCAM); Marcel Gomes Pereira, presidente do Conselho Comunitário do Campeche; Érica Xavier de Oliveira, diretora de eventos da Associação de Moradores de Ratores (AMORA); Leani Budde, que faz parte da diretoria da Associação de Moradores de Ratores (AMORA); Monica Duarte, presidente do Conselho Comunitário do Córrego Grande (CCCG); Michelangelo Valgas, conselheiro no Conselho da Cidade pelo Conselho Comunitário do Córrego Grande (CCCG), e Ester Addison, presidente da Associação de Moradores de Cacupé (AMOCAPÉ), que também é conselheira no Conselho da Cidade.

No que diz respeito às entidades que se posicionaram favoráveis ao Plano Diretor de Florianópolis, foram entrevistados: Rodrigo Vieira, Engenheiro Civil e diretor de desenvolvimento urbano da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF); Helio Leite, gerente de Articulação Institucional da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL), e Carlos Leite, Engenheiro Civil e diretor de desenvolvimento urbano do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Sinduscon).

A 28ª promotoria de Justiça da Comarca da Capital foi contatada, mas optou por não conceder entrevista.

---

Nem todas as entrevistas foram utilizadas no programa, no entanto, as informações fornecidas pelos entrevistados foram essenciais para compreensão do tema por parte da repórter.

Após a realização das entrevistas, o roteiro do programa foi construído na tentativa de costurar as principais informações citadas pelas fontes. A escolha de quais partes das falas iriam ser usadas passou pelo critério jornalístico de relevância, conforme discute Sponholz (2003, p. 112), uma vez que não é possível noticiar tudo o que ocorreu e, portanto, foram feitos recortes:

Devido à limitada capacidade de percepção da realidade, o homem escolhe o que quer saber. Quando alguém entra em uma sala procurando um lugar para sentar, vai observar as cadeiras e deixar de ver outras coisas. Quando se observa a realidade, o homem a realiza sempre de maneira seletiva. O mesmo acontece com a mídia e o jornalismo. Não é possível noticiar tudo. Portanto, existem aspectos da realidade que serão deixados de lado. Isto significa que os critérios de seleção utilizados pelos jornais são passíveis de discussão, mas o fato de haver uma seleção, não. [...] A percepção da realidade é sempre perspectiva.

No roteiro optou-se por apresentar vozes favoráveis e contrárias à nova versão dessa lei municipal. Assim, buscou-se manter a objetividade jornalística e o debate do contraditório. Nesse sentido, foi praticada a imparcialidade, critério jornalístico que corresponde a um compromisso político, mas também visa atender às necessidades do receptor.

No entanto, de acordo com Sponholz (2003), sozinha, a imparcialidade não cumpre a tarefa informativa do jornalismo, pois não basta apenas ouvir as opiniões contraditórias durante a produção de uma notícia: é necessário que também haja uma visão crítica do repórter para que sejam buscadas informações que, espontaneamente, as fontes não fariam.

Dessa maneira, durante as entrevistas, além da busca por ouvir todos os lados da história, foi realizado um estudo aprofundado sobre o assunto a fim de que, por meio de perguntas provocativas, as fontes revelassem informações que não costumam falar.

## **RECURSOS RADIOFÔNICOS NO *PODCAST***

O *podcast* “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” seguiu os moldes da produção radiofônica, conforme aponta Ferraretto (2014, p. 12):

Novas tecnologias, abordagens conceituais e demandas do público surgidas e/ou consolidadas na primeira década do século 21 fizeram com que o rádio, em alguns aspectos, se modificasse, embora suas características básicas tenham sido mantidas.

Durante a construção do roteiro, buscou-se realizar uma abordagem didática acerca do Plano Diretor, a partir do uso de uma linguagem simples e direta, construída por meio de frases curtas. Kaplún (2017, p. 79-80) aponta que no rádio deve ser observada a “lei do menor esforço”, haja vista que “quando um programa de rádio é denso, demasiadamente longo, está cheio de palavras que nos são desconhecidas ou pouco familiares e de frases extensas, difíceis de acompanhar, o normal é que tendamos a não ouvi-la”.

Também se observou a necessidade de explicar o conceito do que é o Plano Diretor já nos primeiros minutos do programa por se tratar de um assunto que carrega diversos termos do meio jurídico, pois conforme observa Kaplún (2017, p. 78-79):

Muitas vezes, porém, caímos no erro de nos dirigirmos ao ouvinte numa linguagem que não é a sua. Quando falam pelo rádio, o médico, o engenheiro agrônomo, o economista, o psicólogo, parecem esquecer que não estão falando para técnicos como eles, mas para leigos. As palavras especializadas de sua profissão lhes são tão familiares que parecem acreditar que todos têm que conhecê-las e dominá-las. Ou sentem uma espécie de pudor se não utilizam os termos científicos ou técnicos precisos; parece-lhes que isso é vulgarizar-se, diminuir-se. Conscientemente ou não, lhes intimida a ideia do que dirão ou opinarão seus colegas se lhes ouvirem falar com palavras tão rudimentares e pouco exatas. Esquecem que pelo rádio não estão falando para o círculo reduzido de seus colegas, mas para o público.

O programete tem duração de 16 minutos e 48 segundos e foi editado no *software Adobe Audition*. Quanto às escolhas técnicas da edição, vale ressaltar que após a locução do nome do programa, o efeito sonoro do canto dos pássaros é gradualmente silenciado por ruídos da construção civil, a fim de denotar que a nova versão do Plano Diretor de Florianópolis busca atender aos interesses do setor comercial, em detrimento da preservação ambiental. Esse recurso sonoro vai ao encontro da afirmação de Ferraretto (2014, p. 35), de que a “linguagem radiofônica engloba outros elementos além da oralidade”.

Quanto à escolha do efeito sonoro do gradual silenciamento do canto dos pássaros em detrimento de barulhos que remetem à construção civil, Kaplún (2017, p.



155) chama atenção para o fato de que a vinheta deve ser pensada com cuidado, pois é um recurso responsável por ambientar a atmosfera do programa:

A “introdução ou abertura” traz o anúncio da apresentação, às vezes, ao entrar na matéria, abrimos a transmissão com um tema musical. É como levantar o pano. Ao mesmo tempo, comunica a atmosfera da emissão ou da sua cena inicial.

Durante a edição, optou-se por incluir um intervalo no programa, para que o ouvinte conseguisse “descansar” por alguns momentos e assimilar melhor as informações, uma vez que conforme apontado por Kaplún (2017, p.57-58), o rádio exige maior grau de atenção do ouvinte em relação a outros meios e, portanto, um descanso fez-se necessário em programas densos como o *podcast* em questão, pois

Um programa de rádio, limitado a um único sentido, exige do destinatário um alto grau de concentração, maior que o demandado pelos meios audiovisuais. Por consequência, traz o risco de provocar um maior e mais rápido cansaço. Frente a esta limitação, os comunicadores podem aliviar o peso da concentração apelando a uma grande variedade de recursos radiofônicos.

Também se decidiu pela não inclusão de trilhas embaixo da locução, porque a variedade de vozes na produção já a tornou dinâmica, com conteúdo e composição sonora capazes de prender a atenção da audiência. Além das entrevistas, ainda foram inseridos trechos da mídia local noticiando a tramitação do Plano Diretor, o que ajudou a reforçar a importância do tema e a nossa retomada a partir de uma nova abordagem.

Na finalização do programa, durante a leitura dos créditos, optou-se por incluir como trilha sonora o hino de Florianópolis “Rancho de amor à ilha”, de autoria de Cláudio Alvim Barbosa.

O hino apresenta uma mensagem de valorização da cultura local e preservação das tradições, de modo que, ao finalizar o programa com o “Rancho de amor à ilha” é transmitida a mensagem de que, embora o Plano Diretor de Florianópolis busque atender aos interesses da construção civil em detrimento da qualidade de vida dos cidadãos, não pode ser perdida de vista a necessidade da preservação do patrimônio imaterial da capital catarinense. Nesse sentido, Kaplún (2017, p.156) avalia a função da música no encerramento da produção radiofônica: “É como o ponto final de um texto, como o abaixar do pano ao final da peça, como a palavra «Fim» ao término do filme.”

Frente ao debate do contraditório, o ouvinte foi convidado a tomar partido e dialogar com o assunto, de modo que o programa é concluído com a frase “E você,

---

ouvinte da Rádio Ponto, como avalia essa situação? Você é a favor ou contra a nova versão do Plano Diretor que foi aprovada neste ano em Florianópolis?” A opção pelo pronome pessoal no singular “você” é um recurso radiojornalístico que estabelece proximidade com o ouvinte, convidando-o a inserir-se no debate, conforme aponta Kaplún (2017, p. 87), pois no rádio “não é aconselhável [dar ao ouvinte] as coisas já interpretadas, já ditas e “mastigadas”. Devemos codificar nossa mensagem de tal modo que ele tenha que colocar algo de si, que tenha que participar para decodificá-la”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização das 40 entrevistas é possível avaliar que, apesar do programa não contemplar diversos aspectos apontados pelas fontes, as principais informações acerca da nova versão do Plano Diretor de Florianópolis foram abordadas na produção sonora. Além disso, especialistas tiveram espaço para realizar análises e, inclusive, algumas fontes fizeram denúncias sobre a maneira como o Plano Diretor foi tramitado, avaliando que a conduta da Prefeitura Municipal e do Ministério Público de Santa Catarina foram parciais e atenderam aos interesses do setor privado em detrimento do bem comum.

Assim, é avaliado que a produção “Interesses cruzados: o Plano Diretor de Florianópolis” apresenta uma boa apuração acerca do assunto e abordou grande parte das perspectivas de quem esteve envolvido na aprovação do projeto de lei. Além disso, o programa apresentou o assunto de maneira dinâmica e didática, para que mesmo um ouvinte leigo conseguisse compreender a temática e formar uma visão crítica sobre o assunto.

A edição e a produção do *podcast* demandaram esforço, pois foi um grande desafio trabalhar com um extenso número de entrevistas. Assim, foram necessárias análises minuciosas para inserção das principais informações, a fim de apresentar as ideias dos entrevistados de maneira direta e objetiva. Apesar dos desafios, avalia-se que a edição e a produção do trabalho conseguiram atingir o objetivo de transmitir a mensagem de maneira clara, completa e concisa.

Assim, o programa abordou um assunto de interesse público, por tratar de uma lei que regula o crescimento da cidade, e pretende conscientizar os ouvintes de que o tema deve ser compreendido como um interesse do público, por impactar a vida dos

---

cidadãos de diversas maneiras. A produção está veiculada no *Spotify* e demais plataformas da Rádio Ponto UFSC.

## REFERÊNCIAS

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio - Teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014.

KAPLÚN, Mário; MEDITSCH, Eduardo (Org); BETTI, Juliana Gobbi (Org). **Produção de Programas de Rádio, do roteiro à direção**. São Paulo: Intercom, Florianópolis: Insular, 2017. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/ebooks/detalheEbook.php?id=57162>

SARTOR, Basílio. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais. In: 16º **SBPJOR**, São Paulo, 2018.

SPONHOLZ, Líriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **FAMECOS**, Porto Alegre, Vol 10, n. 21, p. 110-120, ago, 2003.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Arned, 2003.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar** – a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.